

WANDER GARCIA E ANA PAULA GARCIA
COORDENADORES

CONCURSOS INSS

4^a
Edição
2018

COMO PASSAR

1.800 QUESTÕES
COMENTADAS
*

• 1.800 Questões impressas

DISCIPLINAS:

Língua Portuguesa • Ética no Serviço
Público • Informática • Direito
Administrativo • Direito Constitucional •
Direito Previdenciário • Direito Civil •
Direito Processual Civil • Administração
Geral e Pública • Administração
Financeira e Orçamentária •
Orçamento Público • Matemática
Básica e Financeira • Raciocínio
Lógico • Estatística •
Contabilidade

- * Gabarito ao final de cada questão, facilitando o manuseio do livro
- * Questões comentadas e altamente classificadas por autores especialistas em aprovação



Você está recebendo, **GRATUITAMENTE**, um fragmento da obra da **Editora Foco**, para dar início aos seus estudos.

Este conteúdo não deve ser divulgado, pois tem direitos reservados à editora, constituindo-se uma cortesia a título de motivação aos seus estudos.

Faz-se necessário evidenciar que tal fragmento não representa a totalidade de uma obra ou disciplina.

A obra, na sua totalidade, poderá ser adquirida no site da **Editora Foco**:

www.editorafoco.com.br

Bons estudos!

Editora Foco

2018 © Editora Foco

Coordenadores: Wander Garcia e Ana Paula Dompieri Garcia

Autores: Wander Garcia, André Fioravanti, André Justo, Bruna Vieira, Enildo Garcia, Fabrício de Oliveira Barros, Felipe Maciel, Fernanda Franco, Flavia Moraes Barros, Helder Satin, Henrique Subi, Ivo Tomita, Licínia Rossi, Luiz Delloro, Magally Dato, Márcio Pereira, Renan Flumian, Renato Montans, Robinson Barreirinhas, Rodrigo Ferreira de Lima, Sebastião Edilson Gomes, Teresa Melo, Tiago Queiroz e Tony Chalita

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira

Editor: Roberta Densa

Assistente Editorial: Paula Morishita

Revisora Sênior: Georgia Renata Dias

Revisora: Luciana Pimenta

Capa Criação: Leonardo Hermano

Diagramação: Ladislau Lima

Impressão miolo e capa: Gráfica EXPRESSÃO & ARTE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Vagner Rodolfo CRB-8/9410

C735

Como passar em concursos do INSS / Wander Garcia ... [et al.] ; organizado por Ana Paula Dompieri Garcia, Wander Garcia. - 4. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2018.

464 p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-85-8242-228-1

1. Metodologia de estudo. 2. Concursos Públicos. 3. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. I. Garcia, Wander. II. Fioravanti, André. III. Justo, André. IV. Vieira, Bruna. V. Garcia, Enildo. VI. Barros, Fabrício de Oliveira. VII. Maciel, Felipe. VIII. Franco, Fernanda. IX. Barros, Flavia Moraes. X. Satin, Helder. XI. Subi, Henrique. XII. Tomita, Ivo. XIII. Rossi, Licínia. XIV. Delloro, Luiz. XV. Dato, Magally. XVI. Pereira, Márcio. XVII. Flumian, Renan. XVIII. Montans, Renato. XIX. Barreirinhas, Robinson. XX. Lima, Rodrigo Ferreira de. XXI. Gomes, Sebastião Edilson. XXII. Melo, Teresa. XXIII. Queiroz, Tiago. XXIV. Chalita, Tony. XXV. Garcia, Ana Paula Dompieri. XXVI. Título.

2017-773

CDD 001.4

CDU 001.8

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Metodologia de estudo 001.

2. Metodologia de estudo 001.8

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Bônus ou Capítulo On-line: Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo no on-line, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (04.2018) – Data de Fechamento (04.2018)



2018

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda.

Al. Júpiter 542 – American Park Distrito Industrial

CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

Acesse **JÁ** os conteúdos *ON-LINE*



SHORT VIDEOS

Vídeos de curta duração com dicas de
DISCIPLINAS SELECIONADAS

Acesse o link:

www.editorafoco.com.br/short-videos



ATUALIZAÇÃO em PDF e VÍDEO
para complementar seus estudos*

Acesse o link:

www.editorafoco.com.br/atualizacao

* As atualizações em PDF e Vídeo serão disponibilizadas sempre que houver necessidade, em caso de nova lei ou decisão jurisprudencial relevante.

* Acesso disponível durante a vigência desta edição.

AUTORES

SOBRE OS COORDENADORES

Wander Garcia – @wander_garcia

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor e coordenador do IEDI. Procurador do Município de São Paulo

Ana Paula Garcia

Pós-graduada em Direito. Procuradora do Estado de São Paulo.

SOBRE OS AUTORES

André Fioravanti

Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Controle e Automação pela Universidade Estadual de Campinas. Doutor em Física pela Université Paris Sud XI. Atualmente Professor Associado à Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP. Autor de vários artigos em revistas internacionais. Coautor de diversos livros publicados pela Editora Foco.

André Justo

Economista formado pela UNICAMP.

Bruna Vieira

Pós-graduada em Direito. Professora do IEDI, PROORDEM, LEGALE, ROORTELLA e ÊXITO. Professora de Pós-graduação em Instituições de Ensino Superior. Palestrante. Autora de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem, por diversas editoras. Advogada.

Enildo Garcia

Especialista em Matemática pura e aplicada (UFSJ). Professor tutor de Pós-graduação em Matemática (UFJS – UAB). Analista de sistemas (PUCRJ).

Fabício de Oliveira Barros

Auditor de Controle Interno do Governo do Distrito Federal, Professor universitário. Pós-graduado em Gestão Financeira e ex-auditor da KPMG Auditores Independentes.

Felipe Maciel

Professor Universitário (UFRN e UnP). Professor de Cursos Preparatórios para Exame de Ordem e Concursos Públicos do IEDI. Graduado pela UFRN. Pós-Graduado em Direito Constitucional pela UFRN. Advogado. Assessor Jurídico Concursado do Município de Natal.

Fernanda Franco

Professora de Língua Portuguesa no Colégio São Luís em São Paulo. Formada em Letras pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) com habilitação em Português e Linguística e é graduanda em Filosofia também pela USP.

Flavia Moraes Barros

Procuradora do Município de São Paulo. Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP. Doutora em Direito Administrativo pela USP. Professora de Direito Administrativo.

Helder Satin

Graduado em Ciências da Computação, com MBA em Gestão de TI. Professor do IEDI. Professor de Cursos de Pós-graduação. Desenvolvedor de sistemas Web e gerente de projetos.

Henrique Subi (@7henriquesubi)

Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas

e em Direito Tributário pela UNISUL. Professor de cursos preparatórios para concursos desde 2006. Coautor de mais de 20 obras voltadas para concursos, todas pela Editora Foco.

Ivo Tomita

Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP – Cogeae. Advogado.

Licinia Rossi – @liciniarossi

Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional. Professora Exclusiva de Direito Administrativo e Constitucional na Rede Luiz Flávio Gomes de Ensino (LFG). Professora de Direito na Unicamp. Advogada.

Luiz Dellore (@dellore)

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela USP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor do Mackenzie, EPD, IEDI, IOB/Marcatto e outras instituições. Advogado concursado da Caixa Econômica Federal. Ex-assessor de Ministro do STJ. Membro da Comissão de Processo Civil da OAB/SP, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), do IPDP (Instituto Panamericano de Derecho Procesal) e diretor do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Colunista do portal jota.info. Facebook e LinkedIn: Luiz Dellore

Magally Dato

Professora de Língua Portuguesa. Agente de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Márcio Pereira

Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Plesbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Público pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Graduado pela Universidade São Francisco. Advogado, palestrante, professor de graduação, pós-graduação lato sensu e cursos preparatórios.

Renan Flumian – @renanflumian

Professor e Coordenador Acadêmico do IEDI. Mestre em Filosofia do Direito pela *Universidad de Alicante*, cursou a *Session Annuelle D'enseig-*

nement do Institut International des Droits de L'Homme, a Escola de Governo da USP e a Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Autor e coordenador de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e o Exame de Ordem. Advogado. (Twitter: @RenanFlumian)

Renato Montans

Advogado. Mestre e Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Professor da Rede LFG. Coordenador do curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil Moderno da Universidade Anhanguera-Uniderp/Rede LFG. (Twitter: @RenatoMontans)

Robinson Barreirinhas

Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo. Professor do IEDI. Procurador do Município de São Paulo. Autor e coautor de mais de 20 obras de preparação para concursos e OAB. Ex-Assessor de Ministro do STJ.

Rodrigo Ferreira de Lima

Mestre em Literatura e Cultura Russa pela Universidade de São Paulo e bacharel em Letras com habilitação em Russo e Português também pela USP. Sua formação conta ainda com diversas participações em congressos e simpósios de estudos em Língua Portuguesa.

Sebastião Edilson Gomes

Mestre em Direito Público. Especialista em Direito Civil. Coautor de diversas obras de Preparação para Concursos Públicos. Professor Universitário nas disciplinas de Direito Administrativo e Direito Civil.

Teresa Melo

Procuradora Federal. Assessora de Ministro do STJ. Professora do IEDI.

Tiago Queiroz

Pós-graduado em Direito. Diretor de Cartório Judicial.

Tony Chalita

Advogado. Mestrando em Direito. Professor Assistente PUC/SP. Autor da Editora Foco.

SUMÁRIO

AUTORES	V
COMO USAR O LIVRO?	XI
1. LÍNGUA PORTUGUESA	1
2. ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	57
3. INFORMÁTICA	65
1. CONCEITOS GERAIS.....	65
2. HARDWARE.....	65
3. APRESENTAÇÕES	67
4. EDITORES DE TEXTO	68
5. PLANILHAS.....	77
6. REDE E INTERNET	83
7. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	94
8. SISTEMAS OPERACIONAIS	98
4. DIREITO ADMINISTRATIVO	109
1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	109
2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	113
3. ATOS ADMINISTRATIVOS	116
4. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	129
5. AGENTES PÚBLICOS	135
6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	149
7. BENS PÚBLICOS.....	153
8. RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	154
9. LEI 8.666/1993.....	159
10. SERVIÇOS PÚBLICOS	164
11. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	167
12. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	169
13. TERCEIRO SETOR.....	173

5. DIREITO CONSTITUCIONAL	175
1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO, PODER CONSTITUINTE E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	175
2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	181
3. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	184
4. DIREITOS SOCIAIS	191
5. NACIONALIDADE	192
6. DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS	196
7. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	199
8. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO	204
9. JUDICIÁRIO E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	214
10. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	223
11. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	224
12. ORDEM SOCIAL	225
6. DIREITO PREVIDENCIÁRIO	227
1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SEGURIDADE SOCIAL	227
2. LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	229
3. SEGURADOS	230
4. DEPENDENTES	236
5. CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	237
6. BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	243
7. SERVIDORES PÚBLICOS	253
8. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	255
9. SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	257
10. ESTRUTURA DA SEGURIDADE SOCIAL	257
11. QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS	258
7. DIREITO CIVIL	263
1. LINDB	263
2. GERAL	264
3. OBRIGAÇÕES	280
4. CONTRATOS	287
5. RESPONSABILIDADE CIVIL	297
6. COISAS	301
7. FAMÍLIA	303
8. SUCESSÕES	303

8. DIREITO PROCESSUAL CIVIL**305**

1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	305
2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	307
3. PARTES, PROCURADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ.....	310
4. PRAZOS E ATOS PROCESSUAIS.....	314
5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	318
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	320
7. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	321
8. TUTELA PROVISÓRIA	322
9. PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	323
10. SENTENÇA, COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA.....	327
11. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	329
12. RECURSOS EM ESPÉCIE.....	330
13. EXECUÇÃO.....	333
14. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E IMPUGNAÇÃO	337
15. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	338
16. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	339
17. TEMAS COMBINADOS.....	347

9. ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA**353**

1. TEORIAS E CORRENTES DOUTRINÁRIAS.....	353
2. RECURSOS HUMANOS.....	357
3. GESTÃO E LIDERANÇA	370
4. PLANEJAMENTO.....	376
5. FERRAMENTAS E TÉCNICAS GERENCIAIS	377
6. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....	379
7. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	380
8. OUTRAS MATÉRIAS E TEMAS COMBINADOS	380

10. ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO**383**

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS.....	383
2. PLANO PLURIANUAL – PPA	385
3. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO.....	386
4. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.....	388
5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF.....	389
6. RECEITAS.....	391
7. DESPESAS	393

8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. CRÉDITOS ADICIONAIS.....	395
9. OUTROS TEMAS E COMBINADOS.....	397
11. MATEMÁTICA BÁSICA E FINANCEIRA, RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICA	401
1. MATEMÁTICA BÁSICA	401
2. MATEMÁTICA FINANCEIRA.....	409
3. RACIOCÍNIO LÓGICO	411
4. ESTATÍSTICA.....	419
12. CONTABILIDADE	421
1. TEORIA DA CONTABILIDADE	421
2. CONTABILIDADE GERAL.....	421
3. CONTABILIDADE COMERCIAL.....	443
4. CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	445
5. CONTABILIDADE PÚBLICA	446
6. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	447

COMO USAR O LIVRO?

Para que você consiga um ótimo aproveitamento deste livro, atente para as seguintes orientações:

1ª Tenha em mãos um **vademecum** ou um **computador** no qual você possa acessar os textos de lei citados.

Neste ponto, recomendamos o **Vade Mecum de Legislação FOCO** – confira em www.editorafoco.com.br.

2ª Se você estiver estudando a teoria (fazendo um curso preparatório ou lendo resumos, livros ou apostilas), faça as questões correspondentes deste livro na medida em que for avançando no estudo da parte teórica.

3ª Se você já avançou bem no estudo da teoria, leia cada capítulo deste livro até o final, e só passe para o novo capítulo quando acabar o anterior; vai mais uma dica: alterne capítulos de acordo com suas preferências; leia um capítulo de uma disciplina que você gosta e, depois, de uma que você não gosta ou não sabe muito, e assim sucessivamente.

4ª Iniciada a resolução das questões, tome o cuidado de ler cada uma delas **sem olhar para o gabarito e para os comentários**; se a curiosidade for muito grande e você não conseguir controlar os olhos, tampe os comentários e os gabaritos com uma régua ou um papel; na primeira tentativa, é fundamental que resolva a questão sozinho; só assim você vai identificar suas deficiências e “pegar o jeito” de resolver as questões; marque com um lápis a resposta que entender correta, e só depois olhe o gabarito e os comentários.

5ª **Leia com muita atenção o enunciado das questões.** Ele deve ser lido, no mínimo, duas vezes. Da segunda leitura em diante, começam a aparecer os detalhes, os pontos que não percebemos na primeira leitura.

6ª **Grife as palavras-chave, as afirmações e a pergunta formulada.** Ao grifar as palavras importantes e as afirmações você fixará mais os pontos-chave e não se perderá no enunciado como um todo. Tenha atenção especial com as palavras “correto”, “incorreto”, “certo”, “errado”, “prescindível” e “imprescindível”.

7ª Leia os comentários e **leia também cada dispositivo legal** neles mencionados; não tenha preguiça; abra o *vademecum* e leia os textos de leis citados, tanto os que explicam as alternativas corretas, como os que explicam o porquê de ser incorreta dada alternativa; você tem que conhecer bem a letra da lei, já que mais de 90% das respostas estão nela; mesmo que você já tenha entendido determinada questão, reforce sua memória e leia o texto legal indicado nos comentários.

8ª Leia também os **textos legais que estão em volta** do dispositivo; por exemplo, se aparecer, em Direito Penal, uma questão cujo comentário remete ao dispositivo que trata de falsidade ideológica, aproveite para ler também os dispositivos que tratam dos outros crimes de falsidade; outro exemplo: se aparecer uma questão, em Direito Constitucional, que trate da composição do Conselho Nacional de Justiça, leia também as outras regras que regulamentam esse conselho.

9º Depois de resolver sozinho a questão e de ler cada comentário, você deve fazer uma **anotação ao lado da questão**, deixando claro o motivo de eventual erro que você tenha cometido; conheça os motivos mais comuns de erros na resolução das questões:

DL – “desconhecimento da lei”; quando a questão puder ser resolvida apenas com o conhecimento do texto de lei;

DD – “desconhecimento da doutrina”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da doutrina;

DJ – “desconhecimento da jurisprudência”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da jurisprudência;

FA – “falta de atenção”; quando você tiver errado a questão por não ter lido com cuidado o enunciado e as alternativas;

NUT – “não uso das técnicas”; quando você tiver se esquecido de usar as técnicas de resolução de questões objetivas, tais como as da **repetição de elementos** (“quanto mais elementos repetidos existirem, maior a chance de a alternativa ser correta”), das **afirmações generalizantes** (“afirmações generalizantes tendem a ser incorretas” - reconhece-se afirmações generalizantes pelas palavras *sempre, nunca, qualquer, absolutamente, apenas, só, somente exclusivamente* etc.), dos **conceitos compridos** (“os conceitos de maior extensão tendem a ser corretos”), entre outras.

obs: se você tiver interesse em fazer um Curso de “Técnicas de Resolução de Questões Objetivas”, recomendamos o curso criado a esse respeito pelo IEDI Cursos On-line: www.iedi.com.br.

10º Confie no **bom-senso**. Normalmente, a resposta correta é a que tem mais a ver com o bom-senso e com a ética. Não ache que todas as perguntas contêm uma pegadinha. Se aparecer um instituto que você não conhece, repare bem no seu nome e tente imaginar o seu significado.

11º Faça um levantamento do **percentual de acertos de cada disciplina** e dos **principais motivos que levaram aos erros cometidos**; de posse da primeira informação, verifique quais disciplinas merecem um reforço no estudo; e de posse da segunda informação, fique atento aos erros que você mais comete, para que eles não se repitam.

12º Uma semana antes da prova, faça uma **leitura dinâmica** de todas as anotações que você fez e leia de novo os dispositivos legais (e seu entorno) das questões em que você marcar “DL”, ou seja, desconhecimento da lei.

13º Para que você consiga ler o livro inteiro, faça um bom **planejamento**. Por exemplo, se você tiver 30 dias para ler a obra, divida o número de páginas do livro pelo número de dias que você tem, e cumpra, diariamente, o número de páginas necessárias para chegar até o fim. Se tiver sono ou preguiça, levante um pouco, beba água, masque chiclete ou leia em voz alta por algum tempo.

14º Desejo a você, também, muita **energia, disposição, foco, organização, disciplina, perseverança, amor e ética!**

Wander Garcia e Ana Paula Dompieri Garcia

Coordenadores

1. LÍNGUA PORTUGUESA

Fernanda Franco, Henrique Subi, Magally Dato e Rodrigo Ferreira de Lima*

Texto I

- 1 Naquele novo apartamento da rua Visconde de Pirajá
pela primeira vez teria um escritório para trabalhar. Não era um
cômodo muito grande, mas dava para armar ali a minha tenda
4 de reflexões e leitura: uma escrivaninha, um sofá e os livros.
Na parede da esquerda ficaria a grande e sonhada estante
onde caberiam todos os meus livros. Tratei de encomendá-la a
7 seu Joaquim, um marceneiro que tinha oficina na rua Garcia
D'Ávila com Barão da Torre.
O apartamento não ficava tão perto da oficina. Era
10 quase em frente ao prédio onde morava Mário Pedrosa, entre
a Farme de Amoedo e a antiga Montenegro, hoje Vinicius de
Moraes. Estava ali havia uma semana e nem decorara ainda o
13 número do prédio. Tanto que, quando seu Joaquim, ao
preencher a nota de encomenda, perguntou-me onde seria
entregue a estante, tive um momento de hesitação. Mas foi só
16 um momento. Pensei rápido: "Se o prédio do Mário é 228,
o meu, que fica quase em frente, deve ser 227". Mas
lembrei-me de que, ao ir ali pela primeira vez, observara que,
19 apesar de ficar em frente ao do Mário, havia uma diferença na
numeração.
– Visconde de Pirajá, 127 – respondi, e seu
22 Joaquim desenhou o endereço na nota.
– Tudo bem, seu Ferreira. Dentro de um mês estará
lá sua estante
25 – Um mês, seu Joaquim! Tudo isso? Veja se reduz
esse prazo.
– A estante é grande, dá muito trabalho... Digamos,
28 três semanas.

Ferreira Gullar. A estante. In: A estranha vida banal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989 (com adaptações).

(Técnico – INSS – 2016 – CESPE) No que se refere aos sentidos do texto I, julgue os próximos itens.

- (1) O trecho "dá muito trabalho" (R.27) constitui uma referência a seu Joaquim à confecção da estante, tarefa que, segundo ele, seria trabalhosa.
- (2) De acordo com as informações do texto, é correto inferir que seu Joaquim era analfabeto, uma vez que ele "desenhou o endereço na nota" (R.22).
- (3) A expressão "armar ali a minha tenda" (R.3) foi empregada no texto em sentido figurado.
- (4) De acordo com as informações do texto, Vinicius de Moraes passou a morar no apartamento onde antes residia Mário Pedrosa.

- (5) O "momento de hesitação" (R.15) vivido pelo narrador deveu-se ao medo de informar o endereço a um desconhecido.
- (6) O verbo dever foi empregado na linha 17 no sentido de ser provável.

(combinadas) 1: correta. A expressão idiomática "dar trabalho" significa que algo é trabalhoso, demorado para fazer; 2: incorreta. Não se pode inferir isso do texto. O trecho destacado indica que o personagem escrevia com dificuldade, mas não que era analfabeto; 3: correta. É metáfora, figura de linguagem na qual se usa uma palavra ou expressão em outro sentido, como em uma comparação subentendida. No caso, "armar a tenda" significa preparar o local; 4: incorreta. "Vinicius de Moraes" é o nome da rua, informação que foi suprimida pela figura de linguagem chamada "elipse"; 5: incorreta. A hesitação se deveu ao fato do narrador não ter memorizado ainda o número do prédio e temer informar o número errado; 6: correta. Podemos substituir uma expressão pela outra sem qualquer alteração de sentido. HS

* HS questões comentadas por: Henrique Subi.

MD questões comentadas por: Magally Dato

FF/RFJ questões comentadas por: Fernanda Franco e Rodrigo Ferreira Lima

(Técnico – INSS – 2016 – CESPE) Julgue os seguintes itens, a respeito de aspectos linguísticos do texto I.

- (1) A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados, caso se substituísse o trecho “lembrei-me de que” (R.18) por lembrei que.
- (2) A forma verbal “teria” (R.2) está flexionada na terceira pessoa do singular, para concordar com “apartamento” (R.1), núcleo do sujeito da oração em que ocorre.
- (3) Seria mantida a correção do texto caso o trecho “onde caberiam” (R.6) fosse substituído por que caberia
- (4) No período “Tanto que, quando (...) momento de hesitação” (R. 13 a R. 15), o emprego de todas as vírgulas deve-se à mesma regra de pontuação.

(verbo) 1: correta. Em sua forma pronominal, o verbo “lembrar-se” rege a preposição “de”, mas desacompanhado do pronome é verbo transitivo direto: “eu lembrei que preciso pagar a conta”, mas “lembrei-me de que preciso pagar a conta”; 2: incorreta. O verbo está conjugado na primeira pessoa do singular para concordar com o sujeito oculto “eu”; 3: incorreta. Haveria erro de concordância e prejuízo à clareza. Uma substituição possível seria “na qual caberia”; 4: correta. Todas elas isolam os elementos sintáticos deslocados da ordem direta do período. Note que, se o reescrevermos na ordem direta, as vírgulas desaparecem: “Tanto que tive um momento de hesitação quando Seu Joaquim perguntou-me onde seria entregue a estante ao preencher a nota de encomenda”. **HS**

Gabarito: 1C, 2E, 3C, 4C

- 1 Bibliotecas sempre deram muito o que falar. Grandes monarquias jamais deixaram de possuir as suas, e cuidavam delas estrategicamente. Afinal, dotes de princesas foram
- 4 negociados tendo livros como objetos de barganha; tratados diplomáticos versaram sobre essas coleções. Os monarcas portugueses, após o terremoto que dizimou Lisboa, se
- 7 orgulhavam de, a despeito dos destroços, terem erguido uma grande biblioteca: a Real Livraria. D. José chamava-a de joia maior do tesouro real. D. João VI, mesmo na correria da
- 10 partida para o Brasil, não se esqueceu dos livros. Em três diferentes levadas, a Real Biblioteca aportou nos trópicos, e foi até mesmo tema de disputa.

Internet: <<http://observatoriadaimprensa.com.br>> (com adaptações).

(Técnico – INSS – 2016 – CESPE) Acerca de aspectos linguísticos e dos sentidos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- (1) Princesas e diplomatas eram valorados conforme a qualidade das bibliotecas que seus países possuíam e a parcela dos livros que estavam dispostos a ceder em negociações diversas.
- (2) A Real Livraria foi erguida com os destroços resultantes do terremoto que atingiu Lisboa, como símbolo da força de Portugal na superação da tragédia que acabava de assolar o país.
- (3) A expressão “essas coleções” (R.5) retoma, por coesão, o termo “Bibliotecas” (R.1).
- (4) O sinal de dois-pontos empregado imediatamente após “biblioteca” (R.8) introduz um termo de natureza explicativa.

(interpretação de texto) 1: incorreta. Não é isso que o texto diz. Ele afirma que as famílias reais sempre tiveram apreço por

grandes e valiosas bibliotecas. O fato de terem sido usadas para negociações e dotes são circunstâncias que servem de exemplo ao valor econômico que as coleções poderiam alcançar; 2: incorreta. A alternativa exagera o fato narrado no texto. Não consta em nenhuma passagem o sentimento de superação proposto na alternativa; 3: correta. O sinônimo foi utilizado como elemento de coesão para evitar a repetição do termo; 4: correta. Os dois-pontos anunciam o apostrofo, elemento sintático de cunho explicativo. **HS**

Gabarito: 1E, 2E, 3C, 4C

(Técnico – INSS – 2016 – CESPE) Com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República, julgue o próximo item.

- (1) O trecho seguinte é adequado para compor a parte inicial de um memorando.

Brasília, 2 de fevereiro de 2016. À Senhora

Ana Silva INSS

CEP 70070-946 – Brasília/DF

Assunto: Curso de aperfeiçoamento em atendimento ao público

(redação) 1: incorreta. A data deve estar alinhada à direita e no memorando não se lança o endereço do destinatário na abertura do documento (tal informação constará somente no ofício, conforme o item 3.1 do Manual de Redação da Presidência da República). **HS**

Gabarito: 1E

Texto para os itens de 1 a 5

- 1 Levantou-se da cama o pobre namorado sem ter conseguido dormir. Vinha nascendo o Sol. Quis ler os jornais e pediu-os.
- 4 Já os ia pondo de lado, por haver acabado de ler, quando repentinamente viu seu nome impresso no **Jornal do Comércio**.
- 7 Era um artigo a pedido com o título de **Uma Obra-Prima**. Dizia o artigo:
- 10 Temos o prazer de anunciar ao país o próximo aparecimento de uma excelente comédia, estreia de um jovem literato fluminense, de nome Antônio Carlos
- 13 de Oliveira. Este robusto talento, por muito tempo incógnito, vai enfim entrar nos mares da publicidade, e para isso
- 16 procurou logo ensaiar-se em uma obra de certo vulto. Consta-nos que o autor, solicitado por seus numerosos amigos, leu há dias a comédia em casa do Sr.
- 19 Dr. Estêvão Soares, diante de um luzido auditório, que aplaudiu muito e profetizou no Sr. Oliveira um futuro Shakespeare.
- 22 O Sr. Dr. Estêvão Soares levou a sua amabilidade ao ponto de pedir a comédia para ler segunda vez, e ontem ao encontrar-se na rua com o Sr. Oliveira, de tal
- 25 entusiasmo vinha possuído que o abraçou estreitamente, com grande pasmo dos numerosos transeuntes. Da parte de um juiz tão competente em matérias
- 28 literárias este ato é honroso para o Sr. Oliveira. Estamos ansiosos por ler a peça do Sr. Oliveira, e ficamos certos de que ela fará a fortuna de qualquer teatro.
- 31 O amigo das letras.

Machado de Assis. A mulher de preto. In: Contos Fluminenses. São Paulo: Globo, 1997 (com adaptações).

(Analista – INSS – 2016 – CESPE) No que se refere aos sentidos e às características tipológicas do texto, julgue os itens que se seguem.

- (1) Notexto, a palavra “fortuna” (R.30) pode ser interpretada tanto como sucesso quanto como riqueza.
- (2) Do texto não é possível concluir se “o pobre namorado” (R.1) é Antônio Carlos de Oliveira ou o Sr. Dr. Estêvão Soares.
- (3) Dada a assinatura “O amigo das letras” (R.31), é correto concluir que o trecho publicado no Jornal do Comércio é uma carta.
- (4) Depreende-se do texto que Antônio Carlos de Oliveira vai iniciar uma atividade profissional ligada à propaganda, para a qual tem muito talento.
- (5) Na linha 29, a oração introduzida pela preposição “por” remete a uma ação anterior ao estado descrito na oração “Estamos ansiosos”.

(interpretação de texto) 1: correta. Ambos os sentidos traduzem bem a mensagem ao final do texto; 2: correta. O texto realmente tem esse desvio na clareza: como apenas se informa no início de que o “namorado” ao acordar “viu seu nome no jornal”, não é possível ter absoluta certeza de quem se trata; 3: incorreta. A uma, porque do fecho não se pode concluir nada, exceto que se trata de uma mensagem anônima; a duas, porque o texto é eminentemente informativo, assemelhando-se a uma notícia de jornal; 4: incorreta. O texto deixa bastante claro que Antonio Carlos de Oliveira deve se dedicar à literatura e enredos teatrais; 5: incorreta. A preposição denota a ansiedade por algo futuro, ou seja, novos textos de Antonio Carlos de Oliveira, que ele ainda irá escrever. **HS**

Gabarito: 1.C, 2.C, 3.E, 4.E, 5.E

(Analista - INSS - 2016 – CESPE) Acerca de aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

- (1) A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso o termo “em casa” (R.18) fosse isolado por vírgulas.
- (2) Na linha 23, o termo introduzido pela preposição “para” exerce a função de complemento do verbo “pedir”.
- (3) Seria alterado o sentido original do texto, embora sua correção gramatical fosse mantida, caso o trecho “Temos o prazer (...) Antônio Carlos de Oliveira” (R. 10 a R. 13) fosse reescrito da seguinte forma: É um prazer informar o país do lançamento da primeira comédia de qualidade do jovem Antônio Carlos de Oliveira, estreante na literatura fluminense.
- (4) Na linha 17, o vocábulo “que” classifica-se como conjunção e introduz o sujeito da oração “Consta-nos”.

(combinadas) 1: incorreta. Haveria alteração de sentido, porque no texto está claro que se trata da casa de Estêvão Soares, mas com as vírgulas poderíamos entender que a cena se deu na casa do narrador; 2: incorreta. A preposição anuncia a oração subordinada adverbial final (que expressa finalidade); 3: correta. O sentido seria alterado. No trecho original, depreende-se que o texto ainda não foi lançado, ao passo que na proposta de redação temos já a disponibilidade da obra para o público; 4: correta. A oração “o autor, solicitado (...)” é subordinada substantiva subjetiva – exerce função de sujeito da oração “Consta-nos”. **HS**

Gabarito: 1.E, 2.E, 3.C, 4.C

- 1 Designado para fazer a crítica dos espetáculos líricos de setembro de 1846 a outubro do ano seguinte no **Jornal do Comércio**, Martins Pena se revelou um profundo conhecedor
- 4 da arte cênica, tanto no que se refere à prática teatral (cenário, representação, maquinarias) quanto a sua história, sendo não raro seus incisivos argumentos a causa de grandes
- 7 polêmicas no teatro representado na corte brasileira. Pena ganhou evidência como comediógrafo a partir de 1838, ano em que foi encenada sua peça **O Juiz de Paz na Roça**. Embora tenha produzido alguns dramas (que lhe renderam duras críticas), destacou-se de fato pelas suas comédias e farsas, nas quais retratou a cultura e os costumes da
- 13 sociedade do seu tempo. Nas suas obras, Pena buscou uma tomada de consciência de um momento da história de nosso país, que
- 16 recém adquirira uma limitada independência, e tentou pensar criticamente nossa cultura, com as restrições que o contexto impunha ao trabalho intelectual, desencilhando-se da tradição
- 19 clássica, das comédias francesas, do teatro lírico e do melodrama, para criar uma nova comédia com traços muito pessoais, o que lhe garantiu sucesso imediato em seu tempo e
- 22 um significado ímpar na história do teatro brasileiro.

Internet: <www.questaoedecritica.com.br> (com adaptações).

(Analista – INSS – 2016 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, que versam sobre os sentidos e os aspectos linguísticos do texto acima.

- (1) Verifica-se uma contradição na argumentação do autor, uma vez que o sentido do trecho “criar uma nova comédia com traços muito pessoais” (R. 20 e R. 21) é incompatível com o sentido do trecho “retratou a cultura e os costumes da sociedade do seu tempo” (R. 12 e R. 13).
- (2) Depreende-se do texto que Martins Pena começou a fazer sucesso imediatamente após começar a escrever para o Jornal do Comércio.
- (3) A substituição de “destacou-se” (R.11) por foi destacado prejudicaria o sentido original do período.

(interpretação de texto) 1: incorreta. Não há qualquer contradição nos trechos indicados. É totalmente possível retratar a sociedade de seu tempo a partir de traços pessoais; 2: incorreta. Seu reconhecimento é anterior ao Jornal do Comércio, vez que nele publicou em 1846, mas, segundo o texto, Martins Pena já era famoso desde 1838; 3: correta. Haveria grandes prejuízos à clareza. Melhor seria substituir por “ficou destacado” ou “ganhou destaque”. **HS**

Gabarito: 1.E, 2.E, 3.C

(Analista – INSS – 2016 – CESPE) Com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens seguintes.

- (1) O trecho a seguir apresenta as seguintes características: concisão, clareza, objetividade e formalidade, sendo adequado para constituir parte de um memorando a ser enviado a autoridade com hierarquia igual ou inferior à do signatário.

Em resposta ao Mem. 001, informamos que a última reunião de alinhamento do Plano de Ação ocorreu no auditório da sede da DATAPREV, no dia 10 de março de 2016, com a presença do diretor de Gestão de Pessoas, do diretor de Saúde do Trabalhador e do auditor-geral. Atenciosamente,

(2) Os trechos a seguir apresentados estão adequados para compor um ofício a ser enviado pelo INSS a um particular.

Brasília, 2 de fevereiro de 2016. Ao Digníssimo Senhor Pedro Albuquerque

SQS 1016, bloco Z, ap. 001 70.000-900 – Brasília – DF

Assunto: Concessão de aposentadoria

(...)

Respeitosamente,

Maria da Silva

(redação) 1: correta. Realmente o texto é conciso (diz apenas o necessário), claro (compreende-se facilmente a mensagem), objetivo (centra-se nos fatos) e formal (respeito à norma culta da linguagem e ao tratamento protocolar dispensado ao interlocutor); **2:** incorreta. Não se usa o termo “digníssimo” na redação oficial e, no fecho, por se tratar de documento enviado a particular, deveria constar “atenciosamente”. “Respeitosamente” é reservado aos casos nos quais o remetente é servidor público de hierarquia inferior à do destinatário. **HS**

Gabarito: 1 C, 2 E

Internet e as novas mídias: contribuições para a proteção do meio ambiente no ciberespaço

A sociedade passou por profundas transformações em que a realidade socioeconômica modificou-se com rapidez junto ao desenvolvimento incessante das economias de massas. Os mecanismos de produção desenvolveram-se de tal forma a adequarem-se às necessidades e vontades humanas. Contudo, o homem não mediu as possíveis consequências que tal desenvolvimento pudesse causar de modo a provocar o desequilíbrio ao meio ambiente e a própria ameaça à vida humana.

Desse modo, a preocupação com o meio ambiente é questionada, sendo centro de tomada de decisões, diante da grave problemática que ameaça romper com o equilíbrio ecológico do Planeta. E não apenas nos tradicionais meios de comunicação, tais como jornais impressos, rádio, televisão, revistas, dentre outros, como também nos espaços virtuais de interatividade, por meio das novas mídias, as quais representam novos meios de comunicação, tem-se o debate sobre a problemática ambiental.

O capitalismo foi reestruturado e a partir das transformações científicas e tecnológicas deu-se origem a um novo estabelecimento social, em que por meio de redes e da cultura da virtualidade, configura-se a chamada sociedade informacional, na qual a comunicação e a informação constituem-se ferramentas essenciais da Era Digital.

As novas mídias, por meio da utilização da *Internet*, estão sendo consideradas como novos instrumentos de proteção do meio ambiente, na medida em que proporcionam a expansão da informação ambiental, de práticas sustentáveis, de reivindicações e ensejo de decisões em prol do meio ambiente.

No *ciberespaço*, devido à conectividade em tempo real, é possível promover debates de inúmeras questões como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, o Novo Código Florestal, Barra Grande, dentre outras, as quais ensejam por tomada de decisões políticas, jurídicas e sociais. [...]

Vislumbra-se que a *Internet* é um meio que aproxima pessoas e distâncias, sendo utilizada por um número ilimitado de pessoas, a custo razoável e em tempo real. De fato, a *Internet* proporciona benefícios, pois, além de promover a circulação de informações, a curto espaço de tempo, muitos debates virtuais produzem manifestações sociais. Assim sendo, tem-se a democratização das informações através dos espaços virtuais, como *blogs*, *websites*, redes sociais, jornais virtuais, *sites* especializados, *sites* oficiais, dentre outros, de modo a expandir conhecimentos, promover discussões e, por vezes, influenciando nas tomadas de decisões dos governantes e na proliferação de movimentos sociais. Desse modo, os cidadãos acabam participando e exercendo a cidadania de forma democrática no *ciberespaço*. [...]

Faz-se necessária a execução de ações concretas em prol do meio ambiente, com adaptação e intermédio do novo padrão de democracia participativa fomentado pelas novas mídias, a fim de enfrentar a gestão dos riscos ambientais, dentre outras questões socioambientais. Ainda, são necessárias discussões aprofundadas sobre a complexidade ambiental, agregando a interdisciplinaridade para escolhas sustentáveis e na difusão do conhecimento. E, embora haja inúmeros desafios a percorrer com a utilização das tecnologias de comunicação e informação (novas TICs), entende-se que a atuação das novas mídias é de suma importância, pois possibilita a expansão da informação, a práxis ambiental, o debate e as aspirações dos cidadãos, contribuindo, dessa forma, para a proteção do meio ambiente.

(SILVA NUNES, Denise. Internet e as novas mídias: contribuições para a proteção do meio ambiente no ciberespaço. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 115, ago. 2013. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13051&revista_caderno=17. Acesso em: jan. 2017. Adaptado.)

(Técnico Judiciário – TRF2 – Consulplan – 2017) De acordo com as informações e ideias acerca do assunto tratado no texto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O meio virtual tornou-se um espaço que propicia não só a participação do cidadão em questões de relevância social, mas também o exercício efetivo da cidadania advinda de tal prática.
- () Em uma sociedade de característica predominantemente informacional, é notório que a comunicação atua como um dos elementos transformadores de ideias e estruturas anteriores que preconizavam um sistema inconsequente.
- () As transformações vistas na sociedade refletem o crescimento econômico desordenado na medida em que as preocupações se voltam para os interesses capitalistas através dos meios mais diversos de comunicação, entre eles, os virtuais.

A sequência está correta em

- (A) V, V, F.
- (B) F, F, F.
- (C) V, F, F.
- (D) V, V, V.

I: verdadeira. Esta é a ideia central exposta no sexto parágrafo do texto; **II:** verdadeira. A ideia é trabalhada nos parágrafos terceiro e quarto do texto; **III:** falsa. O texto exalta as possibilidades que a comunicação virtual criou para a conscientização da problemática ambiental e da necessidade de imposição de limites ao crescimento capitalista. **HS**

Gabarito "A"

(Técnico Judiciário – TRF2 – Consulplan – 2017) O último parágrafo do texto, principalmente,

- (A) apresenta a simples reordenação de argumentos já elaborados ao longo do texto através da retomada de elementos utilizados durante o seu desenvolvimento.
- (B) expressa a realidade atual da situação apresentada ao longo do texto propondo a conscientização, através de políticas públicas, do cidadão sobre essa realidade.
- (C) pressupõe que os direitos do cidadão são garantidos pelo Estado de modo que a execução de ações em favor do meio ambiente depende, de forma exclusiva, de tal garantia.
- (D) propõe o desempenho de um conjunto de práticas cidadãs cujo objetivo é atender às questões apresentadas de modo real e transformador.

A: incorreta. A conclusão é mais que uma mera reordenação de argumentos. Trata-se de seu inter-relacionamento para demonstrar a validade daquilo que foi apresentado como solução para o problema debatido; **B:** incorreta. A conclusão é prospectiva, ou seja, traz diretrizes que ainda não foram implementadas; **C:** incorreta. A conclusão do texto destaca a interdisciplinariedade como fator preponderante dos novos mecanismos de defesa do meio ambiente; **D:** correta, conforme destacado nos comentários anteriores. **HS**

Gabarito "D"

(Técnico Judiciário – TRT24 – FCC – 2017) **Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões abaixo.

Aspectos Culturais de Mato Grosso do Sul

A cultura de Mato Grosso do Sul é o conjunto de manifestações artístico-culturais desenvolvidas pela população sul-mato-grossense muito influenciada pela cultura paraguaia. Essa cultura estadual retrata, também, uma mistura de várias outras contribuições das muitas migrações ocorridas em seu território.

O artesanato, uma das mais ricas expressões culturais de um povo, no Mato Grosso do Sul, evidencia crenças, hábitos, tradições e demais referências culturais do Estado. É produzido com matérias primas da própria região e manifesta a criatividade e a identidade do povo sul-mato-grossense por meio de trabalhos em madeira, cerâmica, fibras, osso, chifre, sementes, etc.

As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e, além da fauna e da flora, podem retratar tipos humanos e costumes da região.

(Adaptado de: CANTU, Gilberto. Disponível em: <http://profMbertocantu.blogspot.com.br/2013/08/aspectos-culturais-de-mato-grosso-do-sul.html>)

(Técnico Judiciário – TRT24 – FCC – 2017) Depreende-se corretamente do texto que a cultura de Mato Grosso do Sul é

- (A) formada principalmente pela influência da cultura de vários povos migrantes e também pela influência secundária da cultura paraguaia.

- (B) formada não apenas pela influência da cultura paraguaia, mas também pela influência da cultura dos povos que migraram para essa região.
- (C) muito influenciada pela cultura paraguaia, mas também o é pela cultura de povos de outros países sul-americanos.
- (D) fortemente influenciada pela cultura de nações sul-americanas, mas o é também pela cultura de povos de outras regiões do Brasil.
- (E) reflexo de uma forte influência da cultura paraguaia, e a cultura de outras regiões não a influenciou de forma relevante.

O texto afirma que a cultura sul-matogrossense é formada principalmente a partir da influência da cultura paraguaia e, em paralelo, mas denotando uma influência menor, por diversos outros povos que migraram para a região. É preciso ter cuidado para responder, porque em nenhum momento o texto afirma que essa migração veio de outros países da América do Sul. **HS**

Gabarito "B"

(Técnico Judiciário – TRT24 – FCC – 2017) **Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões que se seguem.

Instituições financeiras reconhecem que é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira

Os bancos e as empresas que efetuam pagamentos têm dificuldades de controlar as fraudes financeiras on-line no atual cenário tecnológico conectado e complexo. Mais de um terço (38%) das organizações reconhece que é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira, revela pesquisa realizada por instituições renomadas.

O estudo revela que o índice de fraudes on-line acompanha o aumento do número de transações on-line, e 50% das organizações de serviços financeiros pesquisadas acreditam que há um crescimento das fraudes financeiras eletrônicas. Esse avanço, juntamente com o crescimento massivo dos pagamentos eletrônicos combinado aos novos avanços tecnológicos e às mudanças nas demandas corporativas, tem forçado, nos últimos anos, muitas delas a melhorar a eficiência de seus processos de negócios.

De acordo com os resultados, cerca de metade das organizações que atuam no campo de pagamentos eletrônicos usa soluções não especializadas que, segundo as estatísticas, não são confiáveis contra fraude e apresentam uma grande porcentagem de falsos positivos. O uso incorreto dos sistemas de segurança também pode acarretar o bloqueio de transações. Também vale notar que o desvio de pagamentos pode causar perda de clientes e, em última instância, uma redução nos lucros.

Conclui-se que a fraude não é o único obstáculo a ser superado: as instituições financeiras precisam também reduzir o número de alarmes falsos em seus sistemas a fim de fornecer o melhor atendimento possível ao cliente.

(Adaptado de: computerworld.com.br. Disponível em: <http://computerworld.com.br/quase-40-dos-bancos-nao-sao-capazes-de-diferenciar-um-ataque-de-atividades-normais-de-clientes>)

(Técnico Judiciário – TRT24 – FCC – 2017) Infere-se corretamente do texto que

- (A) está cada vez mais fácil, no atual cenário tecnológico, verificar se uma transação *on-line* é falsa ou verdadeira.
- (B) bem mais da metade das organizações atuantes no campo de pagamentos eletrônicos usa soluções não especializadas.
- (C) as instituições financeiras precisam acabar não só com as fraudes no sistema *on-line*, mas também com os alarmes falsos.
- (D) o único obstáculo a ser superado ainda pelas instituições financeiras, no atual cenário tecnológico, são os alarmes falsos.
- (E) o uso de sistemas de segurança especializados pode provocar o bloqueio de transações, mas sem perda da clientela.

A: incorreta. Afirma-se exatamente o oposto no título e no primeiro parágrafo do texto; **B:** incorreta. Lê-se no terceiro parágrafo que a estatística é de “cerca de metade”, ou seja, em torno de metade, não “bem mais de”; **C:** correta. Esta é exatamente a ideia exposta no último parágrafo; **D:** incorreta. Além deles, também as transações fraudulentas, que é o tema central do texto; **E:** incorreta. No terceiro parágrafo temos a informação que o uso incorreto desses sistemas pode acarretar o bloqueio de transações, que levam, junto com o desvio de pagamentos, à perda de clientela. **HS**

Gabrielito “C”

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões seguintes.

Muito antes das discussões atuais sobre as mudanças climáticas, os cataclismos naturais despertam interesse no homem. Os desastres são um capítulo trágico da história da humanidade desde tempos longínquos. Supostas inundações catastróficas aparecem em relatos de várias culturas ao longo dos tempos, desde os antigos mesopotâmicos e gregos até os maias e os vikings.

Fora da rota dos grandes furacões, sem vulcões ativos e desprovido de zonas habitadas sujeitas a terremotos, o Brasil não figura entre os países mais suscetíveis a desastres naturais. Contudo, a aparência de lugar protegido dos humores do clima e dos solavancos da geologia deve ser relativizada. Aqui, cerca de 85% dos desastres são causados por três tipos de ocorrências: inundações bruscas, deslizamentos de terra e secas prolongadas. Esses fenômenos são relativamente recorrentes em zonas tropicais, e seus efeitos podem ser atenuados por políticas públicas de redução de danos.

Dois estudos feitos por pesquisadores brasileiros indicam que o risco de ocorrência desses três tipos de desastre deverá aumentar até o final do século. Eles também sinalizam que novos pontos do território nacional deverão se transformar em áreas de risco significativo para esses mesmos problemas. “Os impactos tendem a ser maiores no futuro, com as mudanças climáticas, o crescimento das cidades e a ocupação de mais áreas de risco”, comenta o pesquisador José A. Marengo.

Além da suscetibilidade natural a secas, enchentes, deslizamentos e outros desastres, a ação do homem tem um peso considerável em transformar o que poderia ser um problema de menor monta em uma catástrofe.

Os pesquisadores estimam que um terço do impacto dos deslizamentos de terra e metade dos estragos de inundações poderiam ser evitados com alterações de práticas humanas ligadas à ocupação do solo e a melhorias nas condições socioeconômicas da população em áreas de risco.

Moradias precárias em lugares inadequados, perto de encostas ou em pontos de alagamento, cidades superpopulosas e impermeabilizadas, que não escoam a água da chuva; esses fatores da cultura humana podem influenciar o desfecho de uma situação de risco. “Até hábitos cotidianos, como não jogar lixo na rua, e o nível de solidariedade de uma população podem ao menos mitigar os impactos de um desastre”, pondera a geógrafa Lucí Hidalgo Nunes.

(Adaptado de PIVETTA, Marcos.

Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>)

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) Depreende-se do texto que

- (A) atitudes cotidianas simples, como não jogar lixo na rua, são capazes de prevenir desastres naturais, com potencial de ocasionar consequências graves.
- (B) o Brasil, dado que está fora do alcance dos grandes furacões, não tem vulcões ativos ou regiões sujeitas a terremotos, não está exposto a catástrofes geológicas e climáticas.
- (C) algumas regiões brasileiras tendem a se tornar mais vulneráveis a inundações bruscas, deslizamentos de terra e secas prolongadas nas próximas décadas.
- (D) políticas públicas eficazes podem evitar a ocorrência de cataclismos naturais como inundações e longos períodos de secas.
- (E) a remoção da população que ocupa áreas de risco, perto de encostas, apesar de considerada controversa, é apontada como uma medida imprescindível para evitar abalos geológicos.

A: incorreta. O último parágrafo do texto não afirma que a mudança de hábitos pode impedir desastres naturais, mas sim mitigá-los; **B:** incorreta. O texto todo expõe as três catástrofes naturais a que o Brasil está sujeito: inundações, deslizamentos de terra e secas prolongadas; **C:** correta, como se depreende do terceiro parágrafo do texto; **D:** incorreta. Novamente, não se afirma que as políticas públicas são capazes de prevenir os desastres, mas de atenuar os seus efeitos; **E:** incorreta. A remoção das pessoas não evitaria abalos geológicos, mas diminuiria os danos causados pelas catástrofes naturais. **HS**

Gabrielito “C”

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões abaixo.

Freud uma vez recebeu carta de um conhecido pedindo conselhos diante de uma escolha importante da vida. A resposta é surpreendente: para as decisões pouco importantes, disse ele, vale a pena pensar bem. Quanto às grandes escolhas da vida, você terá menos chance de errar se escolher por impulso.

A sugestão parece imprudente, mas Freud sabia que as razões que mais pesam nas grandes escolhas são inconscientes, e o impulso obedece a essas razões. Claro que Freud não se referia às vontades impulsivas proibidas. Falava das decisões tomadas de “cabeça fria”, mas que

determinam o rumo de nossas vidas. No caso das escolhas profissionais, as motivações inconscientes são decisivas. Elas determinam não só a escolha mais “acertada”, do ponto de vista da compatibilidade com a profissão, como são também responsáveis por aquilo que chamamos de talento. Isso se decide na infância, por mecanismos que chamamos de identificações. Toda criança leva na bagagem alguns traços da personalidade dos pais. Parece um processo de imitação, mas não é: os caminhos das identificações acompanham muito mais os desejos não realizados dos pais do que aqueles que eles seguiram na vida.

Junto com as identificações formam-se os ideais. A escolha profissional tem muito a ver com o campo de ideais que a pessoa valoriza. Difícilmente alguém consegue se entregar profissionalmente a uma prática que não represente os valores em que ela acredita.

Tudo isso está relacionado, é claro, com a almejada satisfação na vida profissional. Mas não vamos nos iludir. Satisfação no trabalho não significa necessariamente prazer em trabalhar. Grande parte das pessoas não trabalharia se não fosse necessário. O trabalho não é fonte de prazer, é fonte de sentido. Ele nos ajuda a dar sentido à vida. Só que o sentido da vida profissional não vem pronto: ele é o efeito, e não a premissa, dos anos de prática de uma profissão. Na contemporaneidade, em que se acredita em prazeres instantâneos, resultados imediatos e felicidade instantânea, é bom lembrar que a construção de sentido requer tempo e persistência. Por outro lado, quando uma escolha não faz sentido o sujeito percebe rapidamente.

(Adaptado de KEHL, Maria Rita.

Disponível em: rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos)

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) De acordo com o texto, é correto afirmar:

- (A) Por motivações inconscientes, que remetem à primeira infância, ou de ordem prática, os indivíduos costumam optar pela mesma área de atuação profissional dos pais.
- (B) O talento para exercer um determinado trabalho está intimamente relacionado à capacidade de ponderar cuidadosamente sobre a escolha profissional.
- (C) As escolhas profissionais mais apropriadas são aquelas derivadas de motivações latentes no indivíduo desde a infância.
- (D) As pessoas bem-sucedidas profissionalmente, em sua maioria, creditam o sucesso obtido ao alto nível de esforço e ao empenho com que se dedicam ao trabalho diário.
- (E) No cenário competitivo da contemporaneidade, para concretizar suas ambições profissionais, o indivíduo, muitas vezes, precisa abrir mão dos ideais utópicos formados na infância.

A: incorreta. O segundo parágrafo do texto, em seu último período, afirma que é mais comum os filhos seguirem os desejos não realizados dos pais do que a mesma carreira deles; **B:** incorreta. O texto defende, sob os argumentos de Freud, que decisões importantes geram resultados melhores se tomadas por impulso; **C:** correta, conforme exposto no segundo e terceiro parágrafos do texto; **D:** incorreta. Esta ideia não se encontra em qualquer passagem do texto; **E:** incorreta. Também não se encontra esta conclusão em nenhuma passagem. **HS**

Gabarito “C”

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) Atente para as afirmações abaixo.

- I. Embora aprove o conselho oferecido por Freud, a autora, ao afirmar que *A sugestão parece imprudente*, assinala que a ideia de Freud pareceria desajustada ao senso comum.
 - II. No texto, estabelece-se o contraste entre as vontades impulsivas proibidas e as razões inconscientes às quais o impulso deve obedecer.
 - III. No primeiro parágrafo, o sinal de dois-pontos introduz uma síntese do que foi dito antes.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) II.

I: correta. É exatamente essa a ideia que o trecho quer debater; **II:** correta. A ideia é defendida no segundo parágrafo do texto; **III:** incorreta. Os dois-pontos anunciam o aposto, elemento do período que explica o que foi dito antes. **HS**

Gabarito “A”

Texto CG3A1BBB

- 1 Competência é uma palavra polissêmica. Uma das razões da variabilidade de seu significado é a diversidade dos contextos e dos campos de conhecimento em que ela é usada.
- 4 Em 1986, o **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa** apresentou o seguinte verbete para os usos correntes à época: Competência (do latim *competentia*) s. f. 1. Faculdade
- 7 concedida por lei para um funcionário, juiz ou tribunal para apreciar e julgar certos pleitos ou questões. 2. Qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo
- 10 assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade. 3. Oposição, conflito, luta.
- 13 Os dois primeiros sentidos, transpostos para o mundo do trabalho, indicam que a palavra competência refere-se ou às atribuições do cargo ou à capacidade do trabalhador
- 16 de apreciar, resolver ou fazer alguma coisa. Posteriormente, o **Dicionário Houaiss** atribuiu dez significados ao termo. Os sete primeiros são especificações ou
- 19 derivações dos três sentidos já registrados no **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Os outros três sentidos são relacionados à gramática, à hidrografia, à linguística, à
- 22 medicina e à psicologia. Acompanhando essa tendência, a área educacional, em especial a da educação profissional, tem multiplicado os
- 25 sentidos e usos da palavra competência. Por exemplo, ao se discutir uma proposta educacional baseada em competências, é importante especificar o conceito de competência adotado e
- 28 a forma como ele é utilizado para se discutir o modelo pedagógico decorrente.

J. A. Küller e N. de F. Rodrigo. **Metodologia de desenvolvimento de competências**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2014, p. 39 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – TRE/PE – CESPE – 2017) Segundo o texto CG3A1BBB,

- (A) o **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa** e o **Dicionário Houaiss** exaurem os sentidos atualmente em uso atribuídos à palavra competência.
- (B) apenas quatro registros dos usos e das variações da palavra competência não constam do **Dicionário Houaiss**.
- (C) novos sentidos foram-se incorporando à palavra competência em função de seu uso em diversas áreas do conhecimento.
- (D) as acepções da palavra competência na esfera trabalhista resumem-se ao potencial de um operário realizar certa atividade para a qual seja designado.
- (E) a polissemia da palavra competência decorre da sua etimologia latina.

A: incorreta. O autor discute exatamente outros sentidos ao termo “competência” adotados atualmente que não foram incorporados aos dicionários; **B:** incorreta. O texto estabelece uma crescente gama de significados para a palavra, mas não indica quantos com precisão; **C:** correta. Esta é a ideia central do texto, exposta já no primeiro parágrafo; **D:** incorreta. Também se relaciona com o trabalho o sentido que indica as atribuições do cargo exercido pelo trabalhador; **E:** incorreta. Segundo o primeiro parágrafo do texto, decorre de seu uso em áreas diferentes do conhecimento. **HS**

Gabarito “C”

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) Atenção: Para responder às questões abaixo, considere o texto abaixo.

Centro de Memória Eleitoral - CEMEL

O Centro de Memória Eleitoral do TRE-SP foi criado em agosto de 1999 e tem por objetivo a execução de ações que possibilitem cultivar e difundir a memória político-eleitoral como instrumento eficaz do aprofundamento e alargamento da consciência de cidadania, em prol do aperfeiçoamento do regime democrático brasileiro.

Seu acervo reúne títulos eleitorais desde a época do Império, urnas de votação (de madeira, de lona e eletrônicas), quadros, fotografias e material audiovisual, entre outros itens.

A realização de exposições temáticas, o lançamento de livros, a realização de palestras, além de visitas escolares monitoradas na sede do tribunal e o desenvolvimento de um projeto de história oral, são algumas das iniciativas do CEMEL.

(Disponível em: www.tre-sp.jus.br)

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) Da leitura do texto, compreende-se que

- (A) a preservação da memória político-eleitoral consiste em resgatar o regime imperialista.
- (B) o acervo do CEMEL preserva um material tão antigo que antecede a época do Império.
- (C) a consciência de cidadania é condição necessária para a consolidação da democracia.
- (D) o estudo da história é garantia do estabelecimento de um governo pautado pela cidadania.
- (E) a meta do CEMEL é assegurar o arquivamento sigiloso da documentação da justiça eleitoral.

A: incorreta. O período imperial é mencionado apenas como ilustração do acervo do museu; **B:** incorreta. Isso não se pode depreender do texto, porque ele menciona como exemplo historicamente mais antigo documento da época do Império; **C:** correta. Essa é a ideia central do primeiro parágrafo do texto; **D:** incorreta. Isso não se pode depreender do texto, que tem caráter fortemente informativo, sem qualquer opinião pessoal do autor; **E:** incorreta. Ao contrário, a ideia é tornar pública toda a história eleitoral brasileira. **HS**

Gabarito “C”

Atenção: Para responder às questões abaixo, considere o texto abaixo.

As crianças de hoje estão crescendo numa nova realidade, na qual estão conectadas mais a máquinas e menos a pessoas, de uma maneira que jamais aconteceu na história da humanidade. A nova safra de nativos do mundo digital pode ser muito hábil nos teclados, mas encontra dificuldades quando se trata de interpretar comportamentos alheios frente a frente, em tempo real.

Um estudante universitário observa a solidão e o isolamento que acompanham uma vida reclusa ao mundo virtual de atualizações de status e “postagens de fotos do meu jantar”. Ele lembra que seus colegas estão perdendo a habilidade de manter uma conversa, sem falar nas discussões profundas, capazes de enriquecer os anos de universidade. E acrescenta: “Nenhum aniversário, show, encontro ou festa pode ser desfrutado sem que você se distancie do que está fazendo”, para que aqueles no seu mundo virtual saibam instantaneamente como está se divertindo.

De algumas maneiras, as intermináveis horas que os jovens passam olhando fixamente para aparelhos eletrônicos podem ajudá-los a adquirir habilidades cognitivas específicas. Mas há preocupações e questões sobre como essas mesmas horas podem levar a déficits de habilidades emocionais, sociais e cognitivas essenciais.

(Adaptado de: GOLEMAN, Daniel. **Foco:** a atenção e seu papel fundamental para o sucesso. Trad. Cássia Zanon. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013, p. 29-30)

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) Na opinião do autor,

- (A) a constante conexão às máquinas não tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento intelectual dos jovens.
- (B) a atenção exagerada que se dá aos meios virtuais tem como efeito o surgimento de problemas na interação social.
- (C) a superficialidade das conversas travadas nas redes sociais é fruto da redução gradual de eventos coletivos.
- (D) o isolamento em um mundo virtual se torna preocupante quando o jovem deixa de frequentar eventos sociais.
- (E) o ambiente virtual tornou-se mais atraente ao jovem na medida em que este se viu inábil para lidar com conflitos reais.

A: incorreta. O autor afirma que há habilidades específicas nas quais os nativos virtuais têm maior rendimento, como o uso dos teclados e “habilidades cognitivas específicas”; **B:** correta. Esta é a ideia central do primeiro parágrafo do texto e o permeia até o fim; **C:** incorreta. Segundo

o autor, é fruto do abuso da vivência no mundo virtual em detrimento das relações sociais reais; **D**: incorreta. Isso não pode ser depreendido do texto. Até porque, dele consta que os jovens participam de eventos sociais, porém não o aproveitam integralmente porque precisam publicar no mundo virtual imediatamente como estão se divertindo; **E**: incorreta. A relação de causa e consequência está errada. A preferência pelo ambiente virtual é natural desta geração e isso causa uma crescente inabilidade de se relacionar no mundo real, segundo o autor. **HS**

Gabário "B"

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) Uma frase redigida em conformidade com as informações do texto é:

- (A) De tanto que tem dificuldade em interpretar as pessoas face a face, o nativo digital é hábil nos teclados.
- (B) A despeito de ser hábil nos teclados, o nativo digital tem dificuldade em interpretar as pessoas face a face.
- (C) Diante da dificuldade em interpretar as pessoas face a face, o nativo digital, portanto, é hábil nos teclados.
- (D) O nativo digital tem dificuldade em interpretar as pessoas face a face, em virtude de ser hábil nos teclados.
- (E) À presunção de ser hábil nos teclados, o nativo digital tem dificuldade em interpretar as pessoas face a face.

A única alternativa que traduz com precisão uma das principais ideias do texto é a letra "B", que deve ser assinalada. Em todas as demais, as conjunções utilizadas alteram o sentido original. **HS**

Gabário "B"

Internet e as novas mídias: contribuições para a proteção do meio ambiente no ciberespaço

A sociedade passou por profundas transformações em que a realidade socioeconômica modificou-se com rapidez junto ao desenvolvimento incessante das economias de massas. Os mecanismos de produção desenvolveram-se de tal forma a adequarem-se às necessidades e vontades humanas. Contudo, o homem não mediu as possíveis consequências que tal desenvolvimento pudesse causar de modo a provocar o desequilíbrio ao meio ambiente e a própria ameaça à vida humana.

Desse modo, a preocupação com o meio ambiente é questionada, sendo centro de tomada de decisões, diante da grave problemática que ameaça romper com o equilíbrio ecológico do Planeta. E não apenas nos tradicionais meios de comunicação, tais como jornais impressos, rádio, televisão, revistas, dentre outros, como também nos espaços virtuais de interatividade, por meio das novas mídias, as quais representam novos meios de comunicação, tem-se o debate sobre a problemática ambiental.

O capitalismo foi reestruturado e a partir das transformações científicas e tecnológicas deu-se origem a um novo estabelecimento social, em que por meio de redes e da cultura da virtualidade, configura-se a chamada sociedade informacional, na qual a comunicação e a informação constituem-se ferramentas essenciais da Era Digital.

As novas mídias, por meio da utilização da *Internet*, estão sendo consideradas como novos instrumentos de proteção do meio ambiente, na medida em que proporcionam a expansão da informação ambiental, de práticas sustentáveis, de reivindicações e ensejo de decisões em prol do meio ambiente.

No *ciberespaço*, devido à conectividade em tempo real, é possível promover debates de inúmeras questões como

a construção da hidrelétrica de Belo Monte, o Novo Código Florestal, Barra Grande, dentre outras, as quais ensejam por tomada de decisões políticas, jurídicas e sociais. [...]

Vislumbra-se que a *Internet* é um meio que aproxima pessoas e distâncias, sendo utilizada por um número ilimitado de pessoas, a custo razoável e em tempo real. De fato, a *Internet* proporciona benefícios, pois, além de promover a circulação de informações, a curto espaço de tempo, muitos debates virtuais produzem manifestações sociais. Assim sendo, tem-se a democratização das informações através dos espaços virtuais, como *blogs*, *websites*, redes sociais, jornais virtuais, *sites* especializados, *sites* oficiais, dentre outros, de modo a expandir conhecimentos, promover discussões e, por vezes, influenciando nas tomadas de decisões dos governantes e na proliferação de movimentos sociais. Desse modo, os cidadãos acabam participando e exercendo a cidadania de forma democrática no *ciberespaço*. [...]

Faz-se necessária a execução de ações concretas em prol do meio ambiente, com adaptação e intermédio do novo padrão de democracia participativa fomentado pelas novas mídias, a fim de enfrentar a gestão dos riscos ambientais, dentre outras questões socioambientais. Ainda, são necessárias discussões aprofundadas sobre a complexidade ambiental, agregando a interdisciplinaridade para escolhas sustentáveis e na difusão do conhecimento. E, embora haja inúmeros desafios a percorrer com a utilização das tecnologias de comunicação e informação (novas TIC's), entende-se que a atuação das novas mídias é de suma importância, pois possibilita a expansão da informação, a práxis ambiental, o debate e as aspirações dos cidadãos, contribuindo, dessa forma, para a proteção do meio ambiente.

(SILVA NUNES, Denise. Internet e as novas mídias: contribuições para a proteção do meio ambiente no ciberespaço. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 115, ago. 2013. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13051&revista_caderno=17. Acesso em: jan. 2017. Adaptado.)

(Técnico Judiciário – TRF2 – Consulplan – 2017) Analise os trechos a seguir.

- I. "[...] adequarem-se às necessidades e vontades humanas." (1º§)
- II. "Contudo, o homem não mediu as possíveis consequências [...]" (1º§)
- III. "Desse modo, a preocupação com o meio ambiente é questionada, [...]" (2º§)
- IV. "[...]por meio das novas mídias, as quais representam novos meios de comunicação, [...]" (2º§)

Os verbos que, no contexto, exigem o mesmo tipo de complemento verbal, foram empregados em apenas

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e IV.

I: o verbo "adequar" é transitivo indireto, ou seja, demanda objeto indireto (complemento preposicionado); **II**: o verbo "medir" é transitivo

direto, ou seja, rege objeto direto (complemento sem preposição); **III**: “ser” é verbo de ligação do sujeito com o predicativo do sujeito; **IV**: o verbo “representar” é transitivo direto, ou seja, rege objeto direto (complemento sem preposição). **HS**

Gabrielito “C”

(Técnico Judiciário – TRT24 – FCC – 2017) **Atenção**: Considere o texto abaixo para responder às questões que se seguem.

Instituições financeiras reconhecem que é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira

Os bancos e as empresas que efetuam pagamentos têm dificuldades de controlar as fraudes financeiras on-line no atual cenário tecnológico conectado e complexo. Mais de um terço (38%) das organizações reconhece que é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira, revela pesquisa realizada por instituições renomadas.

O estudo revela que o índice de fraudes on-line acompanha o aumento do número de transações on-line, e 50% das organizações de serviços financeiros pesquisadas acreditam que há um crescimento das fraudes financeiras eletrônicas. Esse avanço, juntamente com o crescimento massivo dos pagamentos eletrônicos combinado aos novos avanços tecnológicos e às mudanças nas demandas corporativas, tem forçado, nos últimos anos, muitas delas a melhorar a eficiência de seus processos de negócios.

De acordo com os resultados, cerca de metade das organizações que atuam no campo de pagamentos eletrônicos usa soluções não especializadas que, segundo as estatísticas, não são confiáveis contra fraude e apresentam uma grande porcentagem de falsos positivos. O uso incorreto dos sistemas de segurança também pode acarretar o bloqueio de transações. Também vale notar que o desvio de pagamentos pode causar perda de clientes e, em última instância, uma redução nos lucros.

Conclui-se que a fraude não é o único obstáculo a ser superado: as instituições financeiras precisam também reduzir o número de alarmes falsos em seus sistemas a fim de fornecer o melhor atendimento possível ao cliente.

(Adaptado de: computerworld.com.br. Disponível em: <http://computerworld.com.br/quase-40-dos-bancos-nao-sao-capazes-de-diferenciar-um-ataque-de-atividades-normais-de-clientes>)

(Técnico Judiciário – TRT24 – FCC – 2017) No texto, as formas verbais flexionadas no presente do indicativo “têm” (1º parágrafo), “acompanha” (2º parágrafo) e “apresentam” (3º parágrafo) indicam eventos que

- (A) já aconteceram e certamente não acontecerão mais.
- (B) ocorrem em condições hipotéticas.
- (C) se repetem com os passar dos dias.
- (D) não se repetirão num futuro próximo.
- (E) raramente aconteceram ou acontecem.

O tempo presente do modo indicativo transmite a ideia de que os eventos estão acontecendo agora ou que são corriqueiros, acontecem todos os dias. **HS**

Gabrielito “C”

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões abaixo.

Freud uma vez recebeu carta de um conhecido pedindo conselhos diante de uma escolha importante da vida. A resposta é surpreendente: para as decisões pouco importantes, disse ele, vale a pena pensar bem. Quanto às grandes escolhas da vida, você terá menos chance de errar se escolher por impulso.

A sugestão parece imprudente, mas Freud sabia que as razões que mais pesam nas grandes escolhas são inconscientes, e o impulso obedece a essas razões. Claro que Freud não se referia às vontades impulsivas proibidas. Falava das decisões tomadas de “cabeça fria”, mas que determinam o rumo de nossas vidas. No caso das escolhas profissionais, as motivações inconscientes são decisivas. Elas determinam não só a escolha mais “certada”, do ponto de vista da compatibilidade com a profissão, como são também responsáveis por aquilo que chamamos de talento. Isso se decide na infância, por mecanismos que chamamos de identificações. Toda criança leva na bagagem alguns traços da personalidade dos pais. Parece um processo de imitação, mas não é: os caminhos das identificações acompanham muito mais os desejos não realizados dos pais do que aqueles que eles seguiram na vida.

Junto com as identificações formam-se os ideais. A escolha profissional tem muito a ver com o campo de ideais que a pessoa valoriza. Difícilmente alguém consegue se entregar profissionalmente a uma prática que não represente os valores em que ela acredita.

Tudo isso está relacionado, é claro, com a almejada satisfação na vida profissional. Mas não vamos nos iludir. Satisfação no trabalho não significa necessariamente prazer em trabalhar. Grande parte das pessoas não trabalharia se não fosse necessário. O trabalho não é fonte de prazer, é fonte de sentido. Ele nos ajuda a dar sentido à vida. Só que o sentido da vida profissional não vem pronto: ele é o efeito, e não a premissa, dos anos de prática de uma profissão. Na contemporaneidade, em que se acredita em prazeres instantâneos, resultados imediatos e felicidade instantânea, é bom lembrar que a construção de sentido requer tempo e persistência. Por outro lado, quando uma escolha não faz sentido o sujeito percebe rapidamente.

(Adaptado de KEHL, Maria Rita. Disponível em: rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos)

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) O verbo que pode ser corretamente flexionado em uma forma do plural, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, está em:

- (A) ... em que se acredita em prazeres instantâneos... (4º parágrafo)
- (B) Grande parte das pessoas não trabalharia... (4º parágrafo)
- (C) ... o campo de ideais que a pessoa valoriza. (3º parágrafo)
- (D) ... que não represente os valores... (3º parágrafo)
- (E) ... não se referia às vontades impulsivas... (2º parágrafo)

A única expressão que admite dupla concordância é “grande parte das pessoas”. É possível fazer a concordância natural com “parte”,

colocando o verbo no singular, ou a concordância atrativa com o termo mais próximo – “pessoas” – permanecendo o verbo no plural. **HS**

Gabário "E"

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) A forma verbal empregada corretamente está na frase:

- (A) Notam-se a probabilidade de problemas emocionais e de déficits de habilidades sociais.
- (B) Dedicar-se ao manejo de aparelhos eletrônicos, desde a mais tenra idade, as crianças de hoje.
- (C) Cercam-se de solidão e isolamento uma vida reclusa ao mundo virtual de atualizações de *status*.
- (D) Findaram as discussões profundas, com as quais poderia se enriquecer os anos de universidade.
- (E) Interpretam-se, com dificuldade, comportamentos alheios frente a frente, em tempo real.

A: incorreta. O verbo “notar” deveria estar na terceira pessoa do singular para concordar com “probabilidade”; **B:** incorreta. O verbo “dedicar” concorda com “crianças”, portanto deveria estar na terceira pessoa do plural; **C:** incorreta. O verbo “cercar” concorda com “vida”, então deveria estar na terceira pessoa do singular; **D:** incorreta. O verbo “poder” deveria estar na terceira pessoa do plural (“poderiam”) para concordar com “anos”; **E:** correta. Todas as normas de concordância foram respeitadas. **HS**

Gabário "E"

(Técnico Judiciário – TRT24 – FCC – 2017) **Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões abaixo.

Aspectos Culturais de Mato Grosso do Sul

A cultura de Mato Grosso do Sul é o conjunto de manifestações artístico-culturais desenvolvidas pela população sul-mato-grossense muito influenciada pela cultura paraguaia. Essa cultura estadual retrata, também, uma mistura de várias outras contribuições das muitas migrações ocorridas em seu território.

O artesanato, uma das mais ricas expressões culturais de um povo, no Mato Grosso do Sul, evidencia crenças, hábitos, tradições e demais referências culturais do Estado. É produzido com matérias primas da própria região e manifesta a criatividade e a identidade do povo sul-mato-grossense por meio de trabalhos em madeira, cerâmica, fibras, osso, chifre, sementes, etc.

As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e, além da fauna e da flora, podem retratar tipos humanos e costumes da região.

(Adaptado de: CANTU, Gilberto. Disponível em: <http://profgMbertocantu.blogspot.com.br/2013/08/aspectos-culturais-de-mato-grosso-do-sul.html>)

(Técnico Judiciário – TRT24 – FCC – 2017) As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas em cores da paisagem regional e, **além da fauna e da flora, podem retratar tipos humanos e costumes da região.** (3º parágrafo)

Após o deslocamento da expressão destacada, sem alterar o sentido da frase original, o uso da vírgula fica correto em:

- (A) As peças em geral além da fauna e da flora, trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações

indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e podem retratar tipos humanos e costumes da região.

- (B) As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e podem além da fauna e da flora, retratar tipos humanos e costumes da região.
- (C) As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, além da fauna e da flora são feitas nas cores da paisagem regional e podem retratar tipos humanos e costumes da região.
- (D) Além da fauna e da flora as peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e, podem retratar tipos humanos e costumes da região.
- (E) As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e podem retratar tipos humanos e costumes da região, além da fauna e da flora.

Quando o adjunto adverbial estiver deslocado da ordem direta do período, ou seja, for colocado em qualquer outro lugar que não ao final do trecho, deverá vir separado por vírgulas. Quando está em seu devido lugar, ao final, em períodos muito longos, o uso da vírgula para separá-lo é facultativo. Por isso está correta a alternativa “E”. **HS**

Gabário "E"

Texto CG3A1AAA

- 1 A moralidade, que deve ser uma característica do conjunto de indivíduos da sociedade, deve caracterizar de modo mais intenso ainda aqueles que exercem funções
- 4 administrativas e de gestão pública ou privada. Com relação a essa ideia, vale destacar que o alcance da moralidade vincula-se a princípios ou normas de conduta, aos padrões de
- 7 comportamento geralmente reconhecidos, pelos quais são julgados os atos dos membros de determinada coletividade. Disso é possível deduzir que os membros de uma corporação
- 10 profissional — no caso, funcionários e servidores da administração pública — também devem ser submetidos ao julgamento ético-moral. A administração pública deve
- 13 pautar-se nos princípios constitucionais que a regem. É necessário, ainda, que tais princípios estejam pública e legalmente disponíveis ao conhecimento de todos os cidadãos,
- 16 para que estes possam respeitá-los e vivenciá-los. Nesse contexto, destacam-se os princípios constitucionais tidos como base da função pública e que, sem dúvida, constituem pilares
- 19 de sustentabilidade da função gestora.
- O Estado constitui uma esfera ético-política caracterizada pela união de partes que lhe conferem a
- 22 característica de um organismo vivo, composto pela participação dos cidadãos e de todos aqueles que se abrigam em sua circunscrição constitucional e legal, ou seja, se abrigam
- 25 sob a égide de uma Constituição.
- A ética e a cidadania não se desvencilham da questão dos princípios da ação do Estado e da moralidade
- 28 administrativa, uma vez que, por mais alargados que pareçam os direitos e as esferas individuais — as quais parecem ser extremamente flexíveis nos atuais contextos —, urge que sejam
- 31 regulamentadas as vinculações estreitas que existem entre esferas individuais e esferas coletivas, pressupondo-se, assim, níveis de avanço no campo do progresso moral da sociedade.

Z. A. L. Rodriguez. **Ética na gestão pública.**

Curitiba: InterSaberes, 2016, p. 130-1 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – TRE/PE – CESPE – 2017) A correção gramatical do texto CG3A1AAA seria mantida caso

- (A) fosse suprimida a vírgula empregada imediatamente após o travessão na linha 30.
- (B) fosse inserida uma vírgula imediatamente após “gestão” (l. 4).
- (C) fosse suprimida a vírgula empregada logo após “dúvida” (l. 18).
- (D) fossem suprimidas as vírgulas que isolam o conectivo “ou seja” (l. 24).
- (E) fosse empregada vírgula imediatamente após o travessão na linha 11.

A: incorreta. A questão é levemente polêmica, porque há gramáticos que não veem erro na ausência de vírgula após o travessão que isola o aposto da oração, mesmo se antes dele outro elemento deve estar separado com vírgula. Para eles, o travessão faz a dupla função de separar ambos os elementos. Para a maioria, é bem verdade, se foi utilizada a vírgula e o travessão, ambos devem ser usados para retomar o período; **B:** correta. Os adjetivos poderiam constituir um aposto sem qualquer perda de sentido; **C:** incorreta. O adjunto adverbial deslocado da ordem direta da oração deve ficar obrigatoriamente separado por vírgulas; **D:** incorreta. O conectivo explicativo, nesse caso, fica obrigatoriamente separado por vírgulas; **E:** incorreta. Apesar da polêmica comentada no comentário à alternativa “A”, é fato que, se não há vírgula antes, não deve haver vírgula depois do travessão. **HS**

Gabarito “B”

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões seguintes.

Muito antes das discussões atuais sobre as mudanças climáticas, os cataclismos naturais despertam interesse no homem. Os desastres são um capítulo trágico da história da humanidade desde tempos longínquos. Supostas inundações catastróficas aparecem em relatos de várias culturas ao longo dos tempos, desde os antigos mesopotâmicos e gregos até os maias e os vikings.

Fora da rota dos grandes furacões, sem vulcões ativos e desprovido de zonas habitadas sujeitas a terremotos, o Brasil não figura entre os países mais suscetíveis a desastres naturais. Contudo, a aparência de lugar protegido dos humores do clima e dos solavancos da geologia deve ser relativizada. Aqui, cerca de 85% dos desastres são causados por três tipos de ocorrências: inundações bruscas, deslizamentos de terra e secas prolongadas. Esses fenômenos são relativamente recorrentes em zonas tropicais, e seus efeitos podem ser atenuados por políticas públicas de redução de danos.

Dois estudos feitos por pesquisadores brasileiros indicam que o risco de ocorrência desses três tipos de desastre deverá aumentar até o final do século. Eles também sinalizam que novos pontos do território nacional deverão se transformar em áreas de risco significativo para esses mesmos problemas. “Os impactos tendem a ser maiores no futuro, com as mudanças climáticas, o crescimento das cidades e a ocupação de mais áreas de risco”, comenta o pesquisador José A. Marengo.

Além da suscetibilidade natural a secas, enchentes, deslizamentos e outros desastres, a ação do homem tem um peso considerável em transformar o que poderia ser um problema de menor monta em uma catástrofe. Os pesquisadores estimam que um terço do impacto dos deslizamentos de terra e metade dos estragos de

inundações poderiam ser evitados com alterações de práticas humanas ligadas à ocupação do solo e a melhorias nas condições socioeconômicas da população em áreas de risco.

Moradias precárias em lugares inadequados, perto de encostas ou em pontos de alagamento, cidades superpopulosas e impermeabilizadas, que não escoam a água da chuva; esses fatores da cultura humana podem influenciar o desfecho de uma situação de risco. “Até hábitos cotidianos, como não jogar lixo na rua, e o nível de solidariedade de uma população podem ao menos mitigar os impactos de um desastre”, pondera a geógrafa Lucí Hidalgo Nunes.

(Adaptado de PIVETTA, Marcos.

Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>)

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) “Os impactos tendem a ser maiores no futuro, com as mudanças climáticas, o crescimento das cidades e a ocupação de mais áreas de risco...” (3º parágrafo)

Sem prejuízo para a correção e a lógica, uma redação alternativa para o segmento acima, em que se preserva, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) A fim de que os impactos sejam menores no futuro, tem-se as mudanças climáticas e o crescimento das cidades, juntamente com a ocupação de mais áreas de risco.
- (B) Devido à mudanças climáticas, ao crescimento das cidades e o aumento das áreas de risco ocupadas, os impactos tendem a ser maiores no futuro.
- (C) Conquanto houvessem mudanças climáticas, crescimento das cidades e ocupação de mais áreas de risco, os impactos tendem a ser maiores no futuro.
- (D) À medida que ocorrem mudanças climáticas, juntamente com o crescimento das cidades e a ocupação de mais áreas de risco, os impactos tendem a aumentar.
- (E) Posto que se vê mudanças climáticas e o crescimento das cidades, além da ocupação de mais áreas de risco, os impactos tendem a aumentar no futuro.

A: incorreta. A redação está confusa e obscura; **B:** incorreta. Não ocorre crase em “a mudanças climáticas”, porque a ausência de concordância com o plural que lhe segue demonstra que o “a” é preposição isolada. Além disso, deveria constar “ao aumento”; **C:** incorreta. O verbo “haver”, no sentido de “existir”, é impessoal e não se flexiona: “houvesse”. Além disso, “conquanto” é conjunção concessiva, sinônimo de “embora”, “mesmo que” – seu uso deixou o período sem sentido; **D:** correta. A nova redação respeita o padrão culto e está clara e inteligível; **E:** incorreta. “Posto que” também é conjunção concessiva. Logo, seu uso alterou o sentido do texto. **HS**

Gabarito “D”

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) A frase redigida com correção e lógica está em:

- (A) Os chamados eventos extremos, que podem se manifestar de diferentes formas, deve se tornar mais frequentes haja visto as mudanças climáticas atuais.
- (B) Países desenvolvidos que apresentam risco mais baixo, de serem afetados por cataclismos, por ostentarem maior índice de solidariedade social.
- (C) Se alguns desastres naturais já ocorreram em um lugar específico, cedo ou tarde tende a se repetir neste mesmo local.

- (D) A maior vulnerabilidade de algumas regiões a deslizamentos deve-se a fatores humanos e problemas de ordem socioeconômica que poderiam ser prevenidos.
- (E) Há desastres naturais de tal intensidade que até mesmo uma população extremamente solidária como a brasileira têm dificuldades em enfrentar.

A: incorreta. O verbo “dever” concorda com “eventos extremos”, devendo ser conjugado na terceira pessoa do plural do presente do indicativo (“devem”). Além disso, a expressão correta é “haja vista”; **B:** incorreta. Não há vírgula depois de “baixo”. Além disso, a redação é obscura e ilógica, porque das causas não decorre uma consequência razoável; **C:** incorreta. O verbo “tender” deve ser conjugado na terceira pessoa do plural para concordar com “desastres” (“tendem”); **D:** correta. A redação atende ao padrão culto da língua e à clareza textual; **E:** incorreta. O verbo “ter” deve ser conjugado na terceira pessoa do singular para concordar com “população” (“tem”, sem acento). **HS**

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) A frase redigida com clareza e correção é:

- (A) A humanidade assiste a uma revolução tecnológica e comportamental inédita, cujas consequências ainda não são passíveis de mensuração.
- (B) As duas primeiras décadas deste século, tem assistido uma transformação vertiginosa que entretanto, não satisfaz os desejos de expansão humano.
- (C) É comum pessoas negligenciarem ao instante presente para tirar fotos de que serão apreciadas por amigos virtuais, com o qual não se tem intimidade.
- (D) É possível que o cérebro da nova safra de nativos digitais, adapta-se ao contato exacerbado com as máquinas, afim de aproveitar-lhe ao máximo.
- (E) Os jovens que obterem melhor desempenho com as novas tecnologias farão jus à mais sucesso, porém há outras habilidades, que podem prejudicá-lo.

A: correta. O período é claro, coeso e coerente, além de respeitar o padrão culto da língua; **B:** incorreta. Não há vírgula depois de “século”, o verbo “ter” deveria estar no plural para concordar com “duas décadas”, a partir daí o texto sofre de incorrigível incoerência, além do erro de concordância nominal ao final (“expansão humana”); **C:** incorreta. O verbo “negligenciar” não rege preposição e não há razão gramatical também para a presença da preposição “de” após “fotos”; **D:** incorreta. Não há vírgula depois de “digitais”, o verbo “adaptar” deveria estar no modo subjuntivo (“adapte-se”) e a conjunção que exprime finalidade é “a fim de” (separado); **E:** incorreta. O verbo “obter” deveria estar no futuro do subjuntivo (“obtiverem”), não ocorre crase antes de advérbio (“farão jus a mais sucesso”), a partir daí o texto está obscuro e incoerente. **HS**

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) Atenção: Para responder às questões abaixo, considere o texto abaixo.

Centro de Memória Eleitoral - CEMEL

O Centro de Memória Eleitoral do TRE-SP foi criado em agosto de 1999 e tem por objetivo a execução de ações que possibilitem cultivar e difundir a memória político-eleitoral como instrumento eficaz do aprofundamento e alargamento da consciência de cidadania, em prol do aperfeiçoamento do regime democrático brasileiro.

Seu acervo reúne títulos eleitorais desde a época do Império, urnas de votação (de madeira, de lona e eletrônicas), quadros, fotografias e material audiovisual, entre outros itens.

A realização de exposições temáticas, o lançamento de livros, a realização de palestras, além de visitas escolares monitoradas na sede do tribunal e o desenvolvimento de um projeto de história oral, são algumas das iniciativas do CEMEL.

(Disponível em: www.tre-sp.jus.br)

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) A frase em que a concordância se estabelece em conformidade com a norma-padrão da língua é:

- (A) Voltados ao cultivo e à difusão da memória político-eleitoral, foi criado o CEMEL, em 1999.
- (B) Dão-se com regularidade a ocorrência de visitas escolares monitoradas na sede do tribunal.
- (C) Faz parte do acervo títulos eleitorais, urnas de votação, quadros, fotografias e material audiovisual.
- (D) Entre as iniciativas do CEMEL, destaca-se a realização de exposições e o lançamento de livros.
- (E) O acervo do CEMEL contém, entre outros itens, títulos de eleitor que remontam à época do Império.

A: incorreta. O participio do verbo “voltar” deveria estar no singular, para concordar com “CEMEL”: “voltado ao cultivo...”; **B:** incorreta. O verbo pronominal “dar-se” deveria estar no singular, para concordar com “ocorrência”: “dá-se a ocorrência...”; **C:** incorreta. O sujeito é composto, logo o verbo “fazer” deveria estar na terceira pessoa do plural: “fazem parte do acervo...”; **D:** correta. Todas as regras de concordância foram respeitadas; **E:** incorreta. A forma “contêm”, com acento circunflexo, é a conjugação da terceira pessoa do plural do presente do indicativo do verbo “conter”. No caso, é patente que o verbo concorda com o sujeito simples “acervo”, logo a grafia correta (a terceira pessoa do singular do verbo no presente do indicativo) é “contém” (com acento agudo). **HS**

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões seguintes.

Muito antes das discussões atuais sobre as mudanças climáticas, os cataclismos naturais despertam interesse no homem. Os desastres são um capítulo trágico da história da humanidade desde tempos longínquos. Supostas inundações catastróficas aparecem em relatos de várias culturas ao longo dos tempos, desde os antigos mesopotâmicos e gregos até os maias e os vikings.

Fora da rota dos grandes furacões, sem vulcões ativos e desprovido de zonas habitadas sujeitas a terremotos, o Brasil não figura entre os países mais suscetíveis a desastres naturais. Contudo, a aparência de lugar protegido dos humores do clima e dos solavancos da geologia deve ser relativizada. Aqui, cerca de 85% dos desastres são causados por três tipos de ocorrências: inundações bruscas, deslizamentos de terra e secas prolongadas. Esses fenômenos são relativamente recorrentes em zonas tropicais, e seus efeitos podem ser atenuados por políticas públicas de redução de danos.

Dois estudos feitos por pesquisadores brasileiros indicam que o risco de ocorrência desses três tipos de desastre deverá aumentar até o final do século. Eles também sinalizam que novos pontos do território nacional deverão se transformar em áreas de risco significativo para esses mesmos problemas. “Os impactos tendem a ser maiores no futuro, com as mudanças climáticas, o crescimento das

idades e a ocupação de mais áreas de risco”, comenta o pesquisador José A. Marengo.

Além da suscetibilidade natural a secas, enchentes, deslizamentos e outros desastres, a ação do homem tem um peso considerável em transformar o que poderia ser um problema de menor monta em uma catástrofe. Os pesquisadores estimam que um terço do impacto dos deslizamentos de terra e metade dos estragos de inundações poderiam ser evitados com alterações de práticas humanas ligadas à ocupação do solo e a melhorias nas condições socioeconômicas da população em áreas de risco.

Moradias precárias em lugares inadequados, perto de encostas ou em pontos de alagamento, cidades superpopulosas e impermeabilizadas, que não escoam a água da chuva; esses fatores da cultura humana podem influenciar o desfecho de uma situação de risco. “Até hábitos cotidianos, como não jogar lixo na rua, e o nível de solidariedade de uma população podem ao menos mitigar os impactos de um desastre”, pondera a geógrafa Lucí Hidalgo Nunes.

(Adaptado de PIVETTA, Marcos.

Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>)

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) Contudo, a aparência de lugar protegido dos humores do clima e dos solavancos da geologia deve ser relativizada. (2º parágrafo). Considerado o contexto, o elemento sublinhado na frase acima introduz uma

- (A) ressalva.
- (B) consequência.
- (C) causa.
- (D) explicação.
- (E) condição.

“Contudo” é conjunção adversativa, sinônimo de “mas”, “porém”, “todavia”. Todas elas expressam a ideia de ressalva, de que se dirá a seguir algo oposto àquilo que foi dito antes. **HS**

Gabário “A”

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões abaixo.

Freud uma vez recebeu carta de um conhecido pedindo conselhos diante de uma escolha importante da vida. A resposta é surpreendente: para as decisões pouco importantes, disse ele, vale a pena pensar bem. Quanto às grandes escolhas da vida, você terá menos chance de errar se escolher por impulso.

A sugestão parece imprudente, mas Freud sabia que as razões que mais pesam nas grandes escolhas são inconscientes, e o impulso obedece a essas razões. Claro que Freud não se referia às vontades impulsivas proibidas. Falava das decisões tomadas de “cabeça fria”, mas que determinam o rumo de nossas vidas. No caso das escolhas profissionais, as motivações inconscientes são decisivas. Elas determinam não só a escolha mais “certa”, do ponto de vista da compatibilidade com a profissão, como são também responsáveis por aquilo que chamamos de talento. Isso se decide na infância, por mecanismos que chamamos de identificações. Toda criança leva na bagagem alguns traços da personalidade dos pais. Parece um processo de imitação, mas não é: os

caminhos das identificações acompanham muito mais os desejos não realizados dos pais do que aqueles que eles seguiram na vida.

Junto com as identificações formam-se os ideais. A escolha profissional tem muito a ver com o campo de ideais que a pessoa valoriza. Difícilmente alguém consegue se entregar profissionalmente a uma prática que não represente os valores em que ela acredita.

Tudo isso está relacionado, é claro, com a almejada satisfação na vida profissional. Mas não vamos nos iludir. Satisfação no trabalho não significa necessariamente prazer em trabalhar. Grande parte das pessoas não trabalharia se não fosse necessário. O trabalho não é fonte de prazer, é fonte de sentido. Ele nos ajuda a dar sentido à vida. Só que o sentido da vida profissional não vem pronto: ele é o efeito, e não a premissa, dos atos de prática de uma profissão. Na contemporaneidade, em que se acredita em prazeres instantâneos, resultados imediatos e felicidade instantânea, é bom lembrar que a construção de sentido requer tempo e persistência. Por outro lado, quando uma escolha não faz sentido o sujeito percebe rapidamente.

(Adaptado de KEHL, Maria Rita.

Disponível em: rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos)

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) Só que o sentido da vida profissional não vem pronto... (4º parágrafo)

Considerado o contexto e fazendo-se as devidas alterações na pontuação da frase acima, o segmento sublinhado pode ser substituído por:

- (A) Porém
- (B) Embora
- (C) Porquanto
- (D) Já que
- (E) Mesmo que

A locução conjuntiva “só que” tem valor adversativo, ou seja, é sinônima de “mas”, “porém”, “contudo”, “todavia”, “entretanto”. **HS**

Gabário “A”

(Técnico Judiciário – TRT11 – FCC – 2017) A escolha profissional tem muito a ver com o campo de ideais que a pessoa valoriza. Difícilmente alguém consegue se entregar profissionalmente a uma prática que não represente os valores em que ela acredita. (3º parágrafo)

Consideradas as relações de sentido, as duas frases acima podem ser articuladas em um único período, fazendo-se as devidas alterações na pontuação e entre minúscula e maiúscula, com o uso, no início, de:

- (A) Apesar de
- (B) Na medida em que
- (C) Em contrapartida
- (D) Conquanto
- (E) Em detrimento de

Os períodos se articulam como uma relação de causa e consequência, de forma que a conjunção deve transmitir esse mesmo valor (causal). Dentre as opções, a única que tem essa função é “na medida em que”, sinônima de “porque”, “tendo em vista que”. **HS**

Gabário “B”